

O REUNI E O PROCESSO DE EMPRESARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Andressa Andrade Duquia (UFPel) - de.duquia@gmail.com

Janiele Cristine Peres Borges (UFPel) - janieleperes@gmail.com

Resumo:

Fruto do entrelaçamento dos mais variados eventos discursivos, o processo de empresarização se manifesta a partir de uma ordem cuja empresa e os elementos que a constituem são tomados como referência e concorrem para circunscrever e naturalizar ideias e práticas em nosso mundo (RODRIGUES; SILVA, 2014). Diante disso, este trabalho teve como objetivo analisar as contribuições do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI no processo de empresarização da Universidade Federal de Pelotas. Para alcançar esse objetivo, realizamos uma pesquisa qualitativa, do tipo descritivo-interpretativa a partir da técnica de estudo de caso. Constatou-se assim, a presença de elementos que evidenciam o processo de empresarização, como a auto responsabilização das universidades pelo alcance de metas e objetivos estipulados pelo governo, ao mesmo tempo em que este fomentou a concorrência entre as universidades, que estavam em busca de recursos. Intensificando, dessa forma, um comportamento empresarial.

Palavras-chave: ensino superior; REUNI; empresarização; neoliberalismo

Área temática: GT-10 Empresa e Modernidade: Sobre Origens, Características e Implicações da Generalização da Forma Empresa

INTRODUÇÃO

Assistimos, atualmente, um acontecimento sem precedentes históricos de dominação da empresa sobre tudo e todos. Fruto do entrelaçamento dos mais variados eventos discursivos, tal fenômeno se manifesta a partir de uma ordem cuja empresa e os elementos que a constituem são tomados como referência e concorrem para circunscrever e naturalizar ideias e práticas em nosso mundo (RODRIGUES; SILVA 2014). Sendo assim, não é preciso muito esforço para perceber a aura empresarial em espaços tradicionalmente distantes dessa lógica.

Especificamente no que confere a atuação do Estado, a incorporação das características presentes no modelo empresarial parece ter se tornado mais intensa a partir da falência do modelo keynesiano e, por conseguinte, da emergência de um discurso neoliberal (ARIENTI, 2003). O Estado, nesse novo contexto, passa atuar como um agente da economia, introduzindo e universalizando na sociedade e até em si próprio, a lógica da competição e o modelo da empresa (LAVAL; DARDOT, 2016). Essa forma de governamentalidade é caracterizada pela inserção de elementos da economia no tecido social e pela generalização da forma empresa como um modelo social (para as demais organizações e/ou indivíduos) (FOUCAULT, 2008).

Desse modo, assim como ocorre em outros espaços tradicionalmente não econômicos, a educação, mais precisamente o ensino superior, também tem sofrido transformações decorrentes daquilo que chamamos de processo de empresarização, isto é, a construção, a generalização e a universalização da forma empresa (dispositivo de poder) (RODRIGUES, 2013). Isto é, há muito verifica-se nesse espaço uma tendência da universidade a submeter-se a ideia de empresa, seja subordinando-se às demandas da esfera econômica, seja introduzindo técnicas e práticas empresariais. No caso das universidades federais, as transformações mais recentes iniciaram em 2007, com o lançamento do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em vista disso e considerando a forma como o REUNI foi proposto e implementado, este trabalho teve como objetivo analisar as contribuições deste no processo de empresarização da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O PROCESSO DE EMPRESARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

A empresa, principalmente nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, tem se tornado um elemento central, o que acaba caracterizando a modernidade como uma sociedade de empresas, chamada por Solè (2004) de mundo-empresa, isto é, um mundo organizado por e para a empresa. Nessa perspectiva, a empresa, através de um discurso que está assentado em pressupostos como o da eficácia, da qualidade e de resultados, é transformada em um modelo a ser seguido. Sendo assim, não é raro encontrar a presença do discurso, dos métodos e das práticas empresariais em organizações e instituições que originalmente não possuíam essas características (SOLÈ, 2004). No caso do Brasil, é possível perceber a adoção de características empresariais por organizações e instituições que não teriam essa lógica, como por exemplo, o Estado (BRESSER PEREIRA, 1996) e as instituições de ensino superior (RODRIGUES; SILVA, 2014).

A incorporação desse discurso neoliberal e da prática empresarial por parte do Estado emerge, no Brasil, com o início dos anos 1990, na defesa de um Estado menos oneroso, mais flexível, orientado à empresa e à inovação tecnológica, símbolo de modernidade e de progresso (ARIENTI, 2003). Vale ressaltar que o neoliberalismo é erroneamente confundido com o liberalismo, no qual o mercado, sem a interferência do Estado, age por si mesmo para conseguir equilíbrio, estabilidade e crescimento. No neoliberalismo, o Estado representa um agente dessa esfera econômica, atuando na manutenção e preservação da centralidade dessa. Por ser

comparado aos demais agentes da esfera econômica, muitas vezes é enquadrado como ineficiente e pouco produtivo, pois desempenha atividades caras e que representam um entrave à competitividade da economia. Com isso, vemos a ação pública submetida à análise econômica e alinhada a busca de um Estado eficaz (LAVAL; DARDOT, 2016).

O neoliberalismo é, de certa forma, produtor de um tipo de relações sociais, maneiras de viver e subjetividade. Sendo assim, o que está em jogo é a forma com que se dá nossa existência, como somos levados a difundir determinados comportamentos e relacionamentos com os demais e com nós mesmos. Isso faz com que cada indivíduo seja induzido a viver uma realidade de competição generalizada, sujeitando suas relações sociais a um modelo de mercado, o que chama o indivíduo e as organizações não empresariais a conceberem-se e conduzirem-se como uma empresa, auto responsáveis pela sua condição (FOUCAULT, 2008; LAVAL; DARDOT, 2016).

Interessado em reproduzir na sociedade situações como o indivíduo empresário de si e a ideia de concorrência permeando as relações sociais, o Estado neoliberal encontra na formação desses indivíduos a peça chave para manter essa ordem e garantir o desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a educação – principalmente o ensino superior – seria a responsável pela inserção do Brasil no mundo globalizado, tanto por auxiliar o pleno exercício da cidadania como por sua capacidade de desenvolver, a partir da geração de empregos qualitativamente superiores, a economia (RODRIGUES; SILVA, 2014).

Nesse contexto, em 2007 é instituído, através do Decreto nº 6.096, o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o qual apresentou como objetivo, “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes” (BRASIL, 2007, Art. 1º). Na criação do programa, a meta global foi definida como, alcançar ao final de cinco anos, a partir do início de cada plano, uma taxa de conclusão média de 90% nos cursos de graduação presenciais, assim como passar para 18/1 a relação de alunos/professor (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, para aderir ao programa, as universidades apresentavam as propostas, a qual se aprovada, garantia o financiamento, condicionado ao cumprimento das metas acordadas. Logo, no momento em que firmavam esses contratos, eram assinados Termos de Compromisso, denominados “Acordo de Metas” e nesse já ficava estabelecido o acordo “de contemplar um aumento mínimo de 20% nas matrículas da graduação, ao final de até 5 anos” (ANDRADE, 2011, p. 10). Dessa forma, as universidades deveriam elaborar propostas que contemplassem e atendessem as diretrizes estabelecidas pelo programa, as quais englobavam: 1) redução de evasão, vagas ociosas e aumento de vagas; 2) ampliação da mobilidade estudantil; 3) revisão da estrutura acadêmica; 4) diversificação das modalidades de graduação; 5) ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e 6) articulação dos níveis de educação – básica, superior e pós-graduação (BRASIL, 2007).

Essas diretrizes foram estabelecidas para que, além das metas quantitativas dispostas no Decreto nº 6.096/2007, fosse assegurado também, que a reestruturação e expansão programada fosse realizada com garantia de qualidade acadêmica (BRASIL, 2007). Contudo, Léda e Mancebo (2009) destacam duas grandes “contas” a serem pagas pelas IFES com a adesão ao REUNI: “a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão”, visto que o foco é dado ao ensino e deixa a desejar nas outras áreas; e a outra conta refere-se à sua autonomia, pois não resta margem de escolha para as universidades federais fora da aplicação da visão oficialmente definida a partir do Decreto (Ibd., p.55).

Posteriormente, os recursos financeiros, para que as modificações fossem efetivadas, seriam custeados pelo Tesouro, no entanto, esse financiamento estava “condicionado a capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação” (BRASIL, 2007, Art.3º, §3). Nessa essência, o ensino superior pode ser definido como uma “variável flutuante”, visto que

ora é estimulada com investimentos, ora é desativada por cortes de verbas (CHAUÍ, 2001, p.52-53).

No entanto, apesar de existirem implicações, as universidades aderiram maciçamente ao programa, em vista da necessidade dos recursos oferecidos (BRASIL, 2009). Conforme o primeiro relatório do programa, essa adesão ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro, ocorrido em 29/10/2007, com previsão de implantação do programa no 1º semestre de 2008, contou com a adesão de 42 universidades. Um segundo, ocorrido em 17/12/2007, com previsão de implantação para o 2º semestre de 2008, que contou com a adesão das 11 universidades restantes.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, a qual segundo Godoy (1995), busca identificar as causas das transformações e descrever suas implicações. Além disso, trata-se de uma pesquisa descritivo-interpretativa a partir da técnica de estudo de caso, tendo como unidade de análise a Universidade Federal de Pelotas – UFPel (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Os dados foram obtidos através de duas etapas: coleta de dados secundários (documentos) e coleta de dados primários (entrevistas). Nesse sentido, foram analisados documentos referentes à UFPel e ao REUNI, englobando o maior número de características possível. Como instrumento de coleta de dados primários, foi adotada a entrevista, a qual consiste na “obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.100). Nesse caso, as entrevistas foram de forma semiestruturadas, aplicadas através do contato direto entre pesquisador e entrevistado. Até o momento foram realizadas 5 entrevistas, nas quais a seleção dos entrevistados foi feita através de julgamento, levando em consideração o cargo ocupante na respectiva universidade, assim como a participação na implantação do programa REUNI. Dessa forma, foram selecionados representantes da gestão a qual estava em exercício no ano de implantação do REUNI e representantes da gestão atual, que deu continuidade ao projeto. Foram realizadas entrevistas com representantes da Reitoria – gestão atual e anterior –, da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN e representantes do grupo responsável por elaborar o projeto do REUNI na UFPel, os quais, para manter certo sigilo, não foram identificados e passaram a ser chamados de entrevistado 1, 2, 3, 4 e 5. Ainda, na parte de análise dos dados obtidos, optou-se por utilizara técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1988). Por fim, destaca-se que a pesquisa está em andamentos e mais entrevistas serão realizadas, buscando fortalecer a análise dos dados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

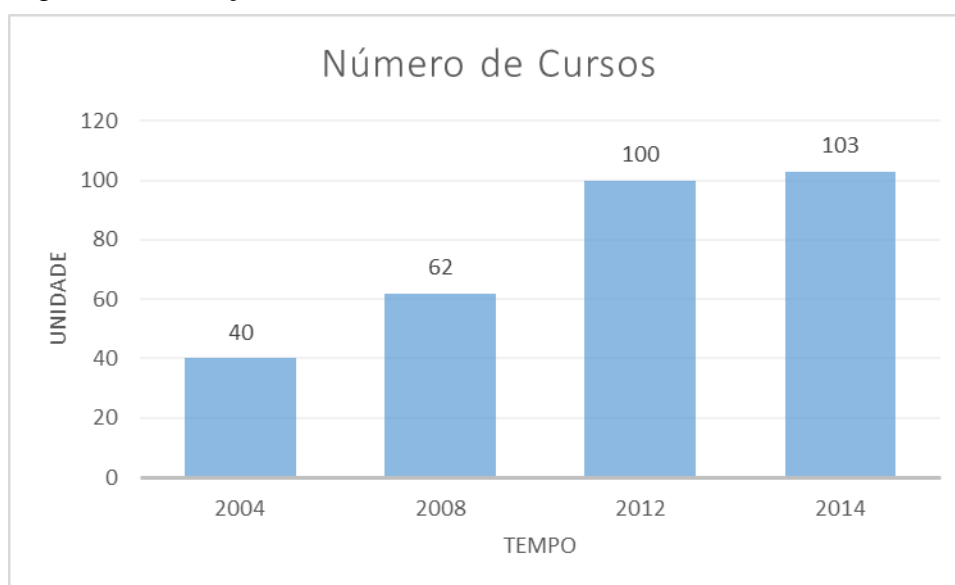
O neoliberalismo é caracterizado, principalmente, por uma transformação da ação pública, onde o Estado passa a ser regido por regras empresariais e submetido às exigências de eficácia, como se fosse uma empresa. Dessa forma, passa a adotar tanto políticas de privatizações, colocando fim ao “Estado produtor”, quanto uma postura de Estado regulador. Nessa perspectiva, percebe-se que o governo, através do Reuni, estabeleceu com as universidades esse papel de Estado “regulador”, que segundo Laval e Dardot (2016) é aquele que mantém, com órgãos públicos que possuem certa autonomia de gestão, relações contratuais para a realização de determinados objetivos. Essas unidades são responsáveis por suas atividades e tem certa autonomia na realização do seu projeto. No entanto são controladas através de metas que devem ser cumpridas e estão vinculadas a uma contrapartida financeira, característica que demonstra um foco no desempenho, ao mesmo tempo em que auto

responsabiliza as universidades pela captação de recursos. Essa contrapartida é visível na fala do entrevistado 1, o qual, quando questionado sobre o motivo que levou a UFPel a aderir 100% ao REUNI, afirma que “[...] foi uma decisão administrativa, uma decisão gerencial”, além disso, “significaria ter um cheque assinado em branco, assinado pelo Ministério da Educação”.

Além dessa auto responsabilização, outra característica empresarial que torna-se visível é a da concorrência, visto que a universidade está inserida em um ambiente em que a concorrência é utilizada como um instrumento eficiente para melhorar o desempenho da ação pública (LAVAL; DARDOT, 2016). Corroborando com isso, o entrevistado 1 afirma que “há uma concorrência entre as universidades na busca de recursos, então poucos têm...e se tu não és visto tu não és lembrado”. Ou seja, “o governo dispara um projeto e vai todo mundo correndo [...] de um orçamento de 2 milhões a UFPel recebe 550, e onde é que tá o resto? Vai pra outras universidades, então tem uma disputa ferrenha por recursos” (ENTREVISTADO 1).

Destarte, após decidida a adesão ao programa, com o intuito de atingir as metas estabelecidas pelo governo, a UFPel passa a realizar mudanças rápidas e pontuais. Já de início, no ano de implantação do REUNI na universidade, houve a criação de aproximadamente 22 novos cursos, aumentando com o passar dos anos, conforme figura 1 apresentada a seguir. De acordo com o entrevistado 4, a “proposta de criação desses novos cursos foi oriunda dos cursos existentes, ou seja, os cursos antigos da UFPel indicavam cursos que viam a necessidade de ser criados”, além da necessidade estabelecida pelo mercado.

Figura 1 – Evolução do número de cursos



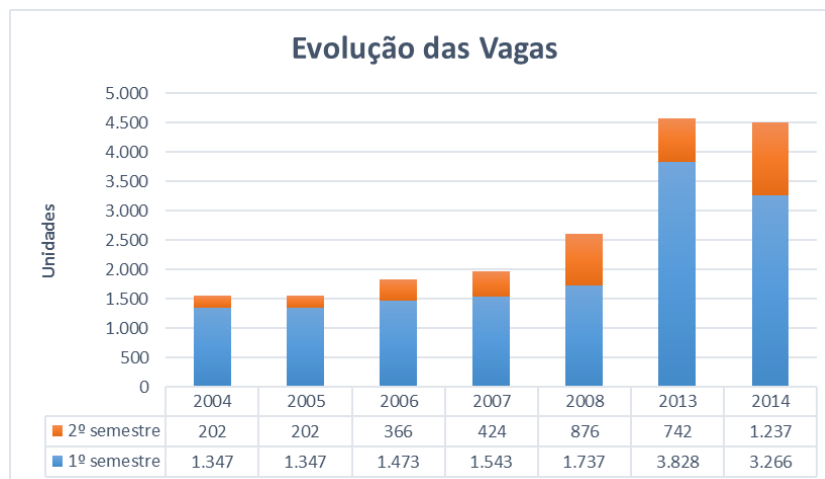
Fonte: Adaptação de dados da UFPel

Como consequência desse aumento no número de cursos, o entrevistado 2 diz que, “houve uma reconfiguração muito forte das áreas de ensino da UFPel[...]”, e complementando essa afirmação, o entrevistado 1 relata que a UFPel aproveitou o REUNI e criou 10 cursos de engenharia e isso “muda completamente o perfil” da universidade (ENTREVISTADO 1). Essa escolha pelos cursos de engenharia se deu devido a vários fatores, como o advento da retomada da atividade naval em Rio Grande, o aquecimento da economia e a necessidade de profissionais nessa área. Ou seja, as atitudes e estratégias adotadas pela universidade, visavam atender as demandas advindas do mercado, formando profissionais que fossem “úteis”, fornecendo pessoal qualificado ao mercado de trabalho. Dessa forma, fica evidenciado o papel do Estado

como encarregado de reformar e administrar a sociedade a serviço das empresas (LAVAL; DARDOT, 2016).

Com isso, a UFPel amplia o número de vagas ofertadas, atingindo outra meta estabelecida, conforme é possível perceber na figura 2.

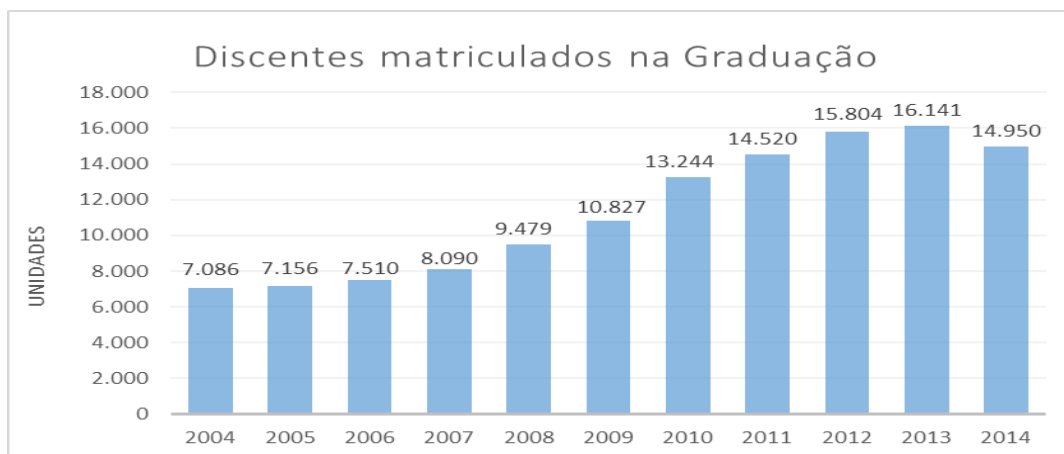
Figura 2 – Evolução das vagas na UFPel



Fonte: adaptação de dados da UFPel

Com isso, ocorreu um aumento expressivo no número de discentes, equivalente à 110%, do ano de 2004 até 2014 (figura 3). Ainda segundo o entrevistado 2, esse aumento no número de alunos resultou em um aumento de carga de trabalho para os professores, uma vez que, “[...] tem aulas aí com mais de 80 alunos, chega a ter disciplinas com cem alunos, isso não acontecia antes” (ENTREVISTADO 2). Ou seja, para tornar possível essa grande expansão de cursos e de vagas, ocorreu a contratação de docentes – tanto efetivos quanto temporários –, no entanto, não de forma proporcional, visto que o número de docentes aumentou 42% apenas. Esse aumento de carga de trabalho para os professores já era previsto, uma vez que uma das metas do programa era o aumento da relação docente/aluno para 18/1. Isso enfatiza o fato das questões quantitativas se sobreporem em relação às qualitativas, uma vez que a qualidade do ensino foi deixada de lado, onde o objetivo era atingir o maior número de discentes possível, e ter a conclusão de 90% destes em tempo normal.

Figura 3 – Número de discentes matriculados



Fonte: adaptação de dados da UFPel

Para administrar essas mudanças, a UFPel realizou a criação de pró-reitorias fortemente relacionadas à expansão proposta: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP e Pró-Reitoria de Infraestrutura – PROINFRA. Ademais, também foram criados setores específicos para atender as demandas do REUNI, como por exemplo, o Núcleo de Gestão de Espaços (NGE), que visava agilizar e organizar a distribuição do espaço de forma mais eficaz, visto que a ampliação do espaço não acompanhou com a mesma intensidade o crescimento na oferta de vagas.

CONCLUSÃO

Através da análise realizada, foi possível perceber que na adesão ao programa REUNI, parece não ter sido questionada a lógica que estava sendo estabelecida, talvez devido a existência de um discurso pró-modernização das universidades. Ou seja, devido ao desejo de modernizar-se e pela busca de recursos, a UFPel parece ter estabelecido como prioridade a adesão ao programa sem, no entanto, avaliar as possíveis implicações.

Sendo assim, a partir do estabelecimento de uma espécie de contrato de gestão, prática que remonta os anos 1990 no Brasil e fortalece o discurso da busca por resultados, é possível evidenciar uma intensificação do processo de empresarização da UFPel pós REUNI. Neste cenário, a auto responsabilização da universidade pelo alcance de metas e objetivos fixados pelo governo, a supremacia de aspectos quantitativos sobre os qualitativos e o fortalecimento de uma disputa por recursos financeiros (interna e externamente) tornam-se práticas cada vez mais comuns naquela instituição.

Contudo, apesar dessas evidências, pretende-se coletar mais dados com o intuito de abarcar elementos do processo de empresarização ainda não discutidos nesse resumo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C. T. de. *et al.* A gestão pública e o Reuni: entre o social e o gerencial. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 9, n. 2, p. 154-170, ago./dez. 2011.

ARIENTI, W.L. **Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano**. Revista de economia política, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 97-113, out.-dez. 2003

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. Decreto Nº. 6.096. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, 2007a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

_____. MEC. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>>. Brasília, 2009. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 120, n.1, 1996.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p.57-63, mar./abr. 1995.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação Realidade**. vol.34, n.1, p. 49-64, jan/abr. 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Marcio Silva. **O novo ministério da verdade: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil**. 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, Marcio Silva; SILVA, Rosimeri de F Carvalho da. New Republic, New Practices: a narrative of the process of enterprisation of Higher Education in Brazil. In: **5th LAEMOS Conference - Latin American European Meeting on Organizational Studies**, 2014, Havana. Proceeding of the 5th LAEMOS Conference, 2014.

SOLÈ, Andreu. “¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario”. **Working Paper**. Paris, 2004.